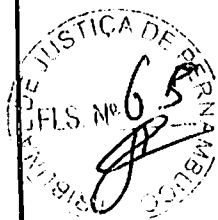




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros

175



Habeas Corpus nº: 0202159-0
Comarca Origem: Caruaru – 4ª Vara Criminal
Impetrante: Jaime Ary da Silva
Paciente: Flavio Emerson Moura Viana
Relator : Des. Mauro Alencar de Barros
Relatora Substituta: Des. Alderita Ramos de Oliveira
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal
Proc. de Justiça Dra. Maria Helena da Fonte

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PRISÃO EM FLAGRANTE. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DECISÃO UNÂNIME.

1. A complexidade do feito em face da multiplicidade de réus justifica o retardo na conclusão do feito por aplicação do princípio da razoabilidade. Precedentes do STJ.
2. Ordem denegada. Decisão Unânime.

5504

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de ***habeas corpus*** nº 0202159-0, da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, em que figuram, como impetrante, Jaime Ary da Silva e, como paciente, **Flavio Emerson Moura Viana**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em denegar a ordem do presente ***habeas corpus***, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

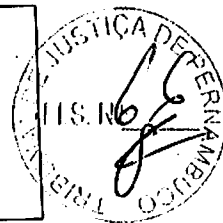
Recife, 27 de janeiro de 2010

Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora substituta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

176



Habeas Corpus nº:

0202159-0

Comarca Origem:

Caruaru – 4ª Vara Criminal

Impetrante:

Jaime Ary da Silva

Paciente:

Flavio Emerson Moura Viana

Relator :

Des. Mauro Alencar de Barros

Relatora Substituta:

Desa. Alderita Ramos de Oliveira

Órgão Julgador:

2ª Câmara Criminal

Proc. de Justiça

Dra. Maria Helena da Fonte

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus* liberatório ajuizado em favor de **Flavio Emerson Moura Viana**, objetivando a soltura do paciente, sob o argumento de **excesso de prazo para o término da instrução criminal**, uma vez que ainda não foram interrogados os réus, não obstante alegar a existência de vários acusados, nem inquiridas as testemunhas.

Pleiteou liminar e, no mérito, a concessão da ordem para que seja o paciente posto em liberdade.

Apona como autoridade coatora o MM Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru – PE, onde se encontra em tramitação **ação penal de nº 213.2009.005115-6**.

Alega que o paciente foi preso em 08.07.2009, encontrando-se recolhido desde então no Presídio Juiz Plácido de Souza, em Caruaru e **requereu o relaxamento de sua prisão** perante a autoridade apontada como coatora, visto não haver provas nem indícios suficientes de autoria da conduta a ele atribuída, que, inclusive, **nega qualquer participação**. Acrescenta que o paciente tem bons antecedentes, domicílio certo e profissão definida.

Juntou documentos de fls. 10/31.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

177



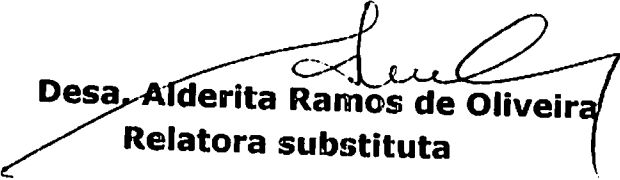
Em decisão interlocutória de fls. 43/44 foi negado o pedido liminar.

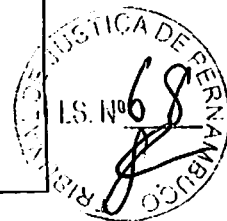
Informações encaminhadas pela autoridade apontada como coatora às fls. 49/50.

Parecer de lavra da douta Procuradora de Justiça convocada, Dra. Maria Helena da Fonte, opinando pela **denegação da ordem**.

É o Relatório.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora substituta



Habeas Corpus nº: 0202159-0
Comarca Origem: Caruaru - 4ª Vara Criminal
Impetrante: Jaime Ary da Silva
Paciente: Flavio Emerson Moura Viana
Relator : Des. Mauro Alencar de Barros
Relatora Substituta: Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal
Proc. de Justiça Dra. Maria Helena da Fonte

VOTO DE MÉRITO

Da análise dos autos infere-se que o paciente foi preso em **flagrante**, respondendo à acusação pela prática dos **crimes insertos nos arts. 171 c/c 14, II, 288, 297 e 304**, todos do Código Penal, juntamente com Carlos Eduardo Araújo da Silva, Maria Luiza Carvalho Carneiro e Bárbara Lucia Galdino Barboza.

Pretende a concessão de liberdade do paciente e conseqüente expedição do respectivo alvará de soltura, ao argumento de que o paciente está sofrendo **constrangimento ilegal pelo excesso de prazo para a formação da culpa**.

Quanto ao argumento de excesso de prazo para a formação da culpa, o presente mandamus não deve prosperar.

Conforme informações oriundas do Exmo. Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, o ora paciente foi denunciado pela prática dos crimes de **QUADRILHA, FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO, USO DE DOCUMENTO FALSO, e DE TENTATIVA DE ESTELIONATO**, em concurso material e formal, em co-autoria com mais 03 (três) acusados.

Informou, outrossim, que, nos termos do art. 396 do CPP, nos termos da Lei nº 11.719, de 2008, foi a denúncia recebida e os réus



citados e, por se tratar de réu preso, ainda reanalisou os motivos que sustentaram a prisão do paciente, concluindo pela sua manutenção.

Analisando as informações apresentadas pela autoridade judiciária, em consonância com os dados inseridos no sítio eletrônico desta Colenda Corte, verifico a existência de um **feito complexo e com pluralidade de réus**, em que, **todavia, os atos processuais destinados à realização da instrução criminal vêm sendo realizados dentro de prazo razoável, estando, inclusive, a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 22 de março de 2010, às 13 horas.**

A jurisprudência pátria assenta entendimento, embasado no princípio da razoabilidade, de que **prazo para instrução criminal não é absoluto**, somente configurando o constrangimento ilegal quando há excesso injustificável ou quando o processo não tramita regularmente, o que não é o caso dos autos.

Nesse sentido, transcrevo recente julgado proveniente do egrégio TJDFT:

HABEAS CORPUS - ROUBO CIRCUNSTANCIADO - CUSTÓDIA ANTE TEMPUS - EXCESSO DE PRAZO - FUMUS COMISSI DELICTI E PERICULUM LIBERTATIS - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO - AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA - ORDEM DENEGADA.

I. A PRESENÇA DO FUMUS COMISSI DELICTI E DO PERICULUM LIBERTATIS, ALIADA À DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, RECOMENDA UMA ANÁLISE CAUTELOSA DO PLEITO DE LIBERDADE POR EXCESSO DE PRAZO PARA O TÉRMINO DA INSTRUÇÃO, MORMENTE DIANTE DE NOVOS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE CONFEREM MAIOR ELASTÉRIO PARA O DESFECHO DA FASE INSTRUTÓRIA.

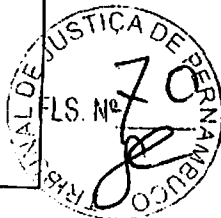
II. ORDEM DENEGADA. (TJDFT - 1ª Turma Criminal - Relatora SANDRA DE SANTIS - Publicação no DJU: 27/01/2009) g.n.

Desse modo, não há que se falar em excesso de prazo injustificável no caso em apreço.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

180

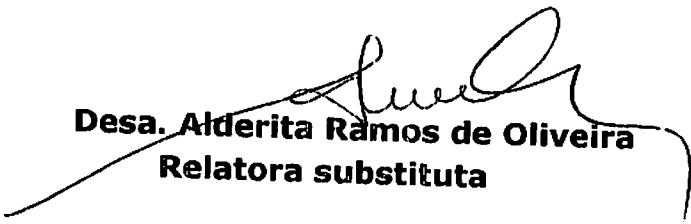


Ademais, ressalto que as sugeridas condições judiciais favoráveis ao paciente, por si só, não ensejam a concessão de liberdade ao mesmo.

Diante de todo o exposto, acompanhando o opinativo da Ilustre Procuradora de Justiça, **denego a ordem.**

É como voto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora substituta